



## GLOBALIZAÇÃO E IDENTIDADE: QUESTÕES DE FRONTEIRA

**VALDIR ARAGÃO DO NASCIMENTO**

Mestre em Antropologia pela UFGD

E-mail: 33valdir@gmail.com

**Resumo:** O ensaio aqui apresentado tem por objetivo discutir algumas das contribuições atuais, por parte de vários teóricos, sobre questões que versam em torno de temas como Globalização, Identidade e Fronteira. Objetivou-se, também, apontar as influências e transformações que a globalização, enquanto fenômeno mundial, exerce na vida cotidiana dos indivíduos; tomando como mote os conceitos de identidade e fronteira adotados por estudiosos que tem a fronteira, em todas as suas dimensões, como objeto.

**Palavras-Chaves:** globalização; identidade; fronteiras.

**Abstract:** The essay presented here is to discuss some of the current contributions, by various theorists on issues that deal with topics such as Globalization, Identity and Frontier. The aim is also to point out the influences and transformations that globalization, while global phenomenon plays in the daily lives of individuals, taking as his motto the concepts of identity and boundary adopted by scholars who have the border in all its dimensions, as object.

**Keywords:** globalization; identity; borders.



## INTRODUÇÃO

Alguns teóricos e estudiosos (Samuel Huntington; Antonio Martinez; Mário Murteira; Paul Singer, dentre outros) do que se convencionou denominar de globalização, traduzem o fenômeno como uma manifestação de caráter capitalista; tributária da época das grandes conquistas, ou descobrimentos, como preferem alguns. Costuma-se dividir a globalização em três fases: a primeira está indissociavelmente relacionada à expansão mercantilista europeia, levada a cabo inicialmente por Portugal e seguida – um pouco depois – por Espanha, Inglaterra, Holanda e França, para citar os historicamente tidos como mais importantes. A segunda fase teve como característica principal o expansionismo industrial, matizado pela lógica imperialista e colonialista que particularizou o período – e cujas influências ainda plasmam as realidades socioculturais e econômicas das muitas nações que estiveram, e estão sob seus domínios. A terceira e última fase diz respeito aos fenômenos mais recentes da globalização, associados intimamente ao início das transformações e consequente desestruturação da União Soviética na década de 80. Outro fator relevante dessa fase foi a queda do muro de Berlim, em 1989. A terceira fase iniciou-se no decorrer desses eventos – e por conta deles – e dura até os dias de hoje.

Atualmente, a globalização tem sido interpretada – principalmente por teóricos oriundos da economia – como produto das transformações e interações facultadas tanto pelo pós Segunda Guerra Mundial quanto pela Revolução Tecnológica. Nesse sentido, pode ser entendida como causadora dos desenvolvimentos históricos por que passaram a ciência e a técnica que, graças aos seus avanços, oportunizaram a criação e consequente evolução, tanto dos meios de transporte e de comunicação, como das instituições globais que lhe conferem legitimidade e sustentação, das quais a OMC (Organização Mundial do Comércio) seria a principal representante.

A globalização tem inúmeras definições, nenhuma delas de caráter definitivo ou de consenso geral, como observa Conversi (2003), dado sua natureza dinâmica e fluida, bem como as constantes ressignificações e reinterpretações elaboradas pelos teóricos das mais diversas áreas do conhecimento. Nesse sentido, acredito pertinente a análise de Bauman (1999: 7) “Todas as palavras da moda tendem a um mesmo destino: quanto mais experiências pretendem explicar, mais opacas se tornam.” Martínez, Salas e Márquez (1997) definem globalização como um novo período do desenvolvimento do capitalismo mundial; que se caracteriza – grosso modo – pela descentralização dos mercados, dos processos que envolvem as relações de trabalho e pela privatização das economias.

Ribeiro (1996: 42) entende globalização como um processo de expansão em nível mundial do sistema político capitalista e das redes que este estabelece. Está, para ele, intrinsecamente relacionada a contextos onde diferentes regiões do globo se interconectam das mais variadas formas, independentemente de distâncias geográficas ou de ingerência dos Estados Nacionais em que se encontram. Isso se tornou possível com o advento e desenvolvimento das novas tecnologias midiáticas, que conectam – através dos mass media – o mundo todo em um só minuto, transformando o planeta inteiro num grande aldeia global (MCLUHAN, 1964).

Seguindo o mesmo raciocínio integralizador, Castells (1999) descreve as transformações que o desenvolvimento das tecnologias, notadamente às relacionadas às mídias, impôs à realidade socio-



cultural e econômica em todo o mundo. Elabora, na tentativa de explicar tal fenômeno, o conceito de sociedade em rede:

[...] redes são estruturas abertas capazes de expandir de forma ilimitada, integrando novos nós desde que consigam comunicar-se dentro da rede, ou seja, desde que compartilhem os mesmos códigos de comunicação (por exemplo, valores ou objetivos de desempenho). Uma estrutura social com base em redes é um sistema aberto altamente dinâmico suscetível de inovação sem ameaças ao seu equilíbrio (CASTELLS, 1999: 499).

De acordo com o autor, o conceito resume os aspectos mais relevantes desse mundo globalizado: “Essa sociedade é caracterizada pela globalização das atividades econômicas decisivas do ponto de vista estratégico; por sua forma de organização em redes; pela flexibilidade e instabilidade do emprego e a individualização da mão de obra.” É constituída também “Por uma cultura de virtualidade real construída a partir de um sistema de mídia onipresente, interligado e altamente diversificado.” (CASTELLS, 1999: 17).

Para Haesbaert (2004) a globalização ensejou um processo de intensas mudanças na concepção do espaço-tempo, tornando ainda mais complexa a compreensão das realidades socioculturais e econômicas dentro dos territórios. Complexidade essa que faz com que alguns indivíduos interpretem a globalização como sinônimo de localização, ou, ainda, como sinalização de liberdade – e para muitos outros é reputada como um destino indesejado e cruel (BAUMAN, 1999).

Vila (2000) acredita que o processo de globalização está aqui para ficar. Tal processo leva a uma grande circulação de dinheiro, pessoas, culturas que se movem constantemente, permitindo que os indivíduos possam fixar as suas identidades às novas entidades que esse processo produz. De acordo com o autor, essas novas identidades podem variar amplamente: mixtecos podem denominar-se como uma comunidade indígena binacional (e enterrar seus mortos também na Califórnia), as pessoas podem ser nomeadas a partir das relações com sua região de origem, ou de uma região antiga, cujo nome adquire um novo significado (Fronterizos é um bom exemplo aqui); europeu assume um novo significado dentro do emergente bloco europeu (Nafteño pode ser uma identidade do futuro).

Contudo, nesse processo, as pessoas se sentem ameaçadas pela ideia de terem de abandonar suas designações – simbolizadas nos nomes a elas atribuídas – nacionais, raciais e étnicas e com esse abandono perder a cultura que tais designações encerra; perdendo, com isso, o que os identifica enquanto povos detentores de história e cultura peculiares. Assim, Vila exemplifica suas análises quando informa que

[...] alguns mexicanos estão preocupados porque o McDonald está deslocando alguns taquerias (restaurantes mexicanos de fast-food) em Ciudad Juárez; e os americanos, por sua vez, estão preocupados porque o ketchup tem sido preterido em favor da salsa em alguns estados – e em algumas das suas missões, a tripulação do ônibus espacial trouxe tortillas, em vez de pão (porque tortillas não produzem migalhas, uma consideração muito importante no espaço sideral). O problema é que ambos os processos estão ocorrendo simultaneamente, e diferentes atores de uma mesma região, por razões diferentes, reagem de forma diferente (VILA, 2000, Introdução).



Stuart Hall (2009) chama a atenção para o debate sobre a “crise de identidade” que tende a fazer com que o sujeito antes reputado como unificado se apresente, agora, como desarticulado, descentrado e órfão de si num processo que atinge proporções globais e globalizantes. Em sua análise, o sujeito do iluminismo, centrado, unívoco e palpável deu lugar ao sujeito sociológico do interacionismo simbólico, nascido da relação entre indivíduo e sociedade e dos seus desdobramentos; sujeito este que, por sua vez, deu lugar ao sujeito pós-moderno, construído de fragmentos identitários que recolhe ao longo do seu caminho; de frações da “realidade” simbólica que ele consegue abarcar e usar em seu favor; de invenções e discursos culturais os mais variados possíveis, enfim, de máscaras que lhe possibilitem uma maneira de atravessar a vida sem perder a razão, ou perder-se a si mesmo.

### **Identidade: do Iluminismo à pós-modernidade**

O Iluminismo concebia o homem – ou o sujeito – assentado em uma noção inamovível de indivíduo portador de humanidade; dessa maneira, completamente coeso, unívoco, munido da razão e de suas possibilidades, percebendo a si mesmo e ao mundo. O cerne desse ser humano era composto por um núcleo interno que, desde o nascimento, com ele se desenvolvia, sendo o mesmo ao longo de sua existência; portanto, imutável, impenetrável e inatingível depois de consolidado. Assim, o que consistia o indivíduo, o que lhe dava forma diante de si, ou seja, a essência que o particularizava e o edificava enquanto um eu era o que à época reputava-se de a identidade de uma pessoa (HALL, 2001).

Outra concepção de sujeito girava em torno das análises sociológicas em voga durante o século XVIII. Essas análises revelavam o recrudescimento das transformações socioculturais, econômicas e existenciais por que passava o mundo; mergulhado nas constantes vicissitudes da chamada modernidade e da percepção que não mais entendia o sujeito e seu núcleo como autônomo e independente; mas, sim, constituído através das relações com outros indivíduos que se afiguravam relevantes para ele, e que funcionavam como mediadores de valores, sentidos e símbolos deste sujeito.

A respeito das análises sociológicas que influenciaram o século XVIII, uma das grandes perspectivas da sociologia à época era o Interacionismo Simbólico ou – como preferem alguns – Perspectiva Interacionista; que tem por base a concentração nos detalhes concretos do que acontece entre indivíduos na vida diária. Estuda, ainda, a maneira como os símbolos são trabalhados na criação e manutenção do SELF, do eu. Tal perspectiva teve sua origem na Escola de Chicago e é, atualmente, muito utilizada na microssociologia e na psicologia social. Os teóricos responsáveis por essa concepção foram o psicólogo Herbert Blumer – a partir da leitura do livro *Mente, Self e Sociedade*, de Georg Hebert Mead –; e o sociólogo norte-americano Charles Cooley com a publicação de *Social organization*. (JOHNSON, 1997: 131-174).

Nessa concepção sociológica, a interação entre o eu e a sociedade é o que torna possível a formação e a existência da categoria identidade. O sujeito conserva, ainda, uma espécie de essência no seu âmago, ou seja, um eu que se configura e se movimenta na realidade. No entanto, este eu que se movimenta no real tem sua construção alterada por meio de uma dialogia ininterrupta entre



o cultural – dado exteriormente – e as possibilidades de formação de identidades que este abriga. (Hall, 2001).

Essa noção de identidade matizada pelas análises sociológicas pretende, de acordo com Hall (2001), complementar – no sentido de acrescentar algo – as extensões vazias existentes entre o que está dentro e o que está fora no intervalo concebido em meio ao mundo pessoal e o mundo público. Partindo do exposto, e ainda parafraseando Hall, o que se tem, então, é a construção e a consequente projeção de um nós mesmos nessas identidades culturais e, concomitantemente, a interiorização dos seus valores e significados, transformando-os em parte de nós, conduzindo o indivíduo a dispor sua sensibilidade subjetiva em consonância com os espaços tidos por objetivos e passíveis de ocupação no mundo sociocultural.

Hall (2009), examinando a influência da globalização ao redor do mundo, acredita que o fenômeno do desenvolvimento do capitalismo no globo converge as culturas e os estilos de vida, produzindo o surgimento de distintos resultados em termos de identidade. Acredita que a homogeneização cultural ensejada pelo mercado global pode esgarçar e diluir as identidades, distanciando-as dos aspectos identitários relativos à comunidade e à cultura local. Contudo, pondera que isso pode, também, fomentar a resistência; que pode fortalecer e reafirmar – ou favorecer o aparecimento de novas identidades – de identidades nacionais e locais.

Hall (2001) relativiza a ideia de homogeneização das identidades. Para ele, ela é simplória e ingênua, denotando tendências divergentes: o encantamento com a diferença; a distribuição desigual que o processo de globalização engendra; e a ocidentalização da globalização – sendo estas últimas quem impõem as regras do jogo em todo o mundo. O autor considera, no que denomina de modernidade tardia, Freud, Marx, Lacan, Foucault e Saussure como responsáveis pelo descentramento do sujeito (ou a morte do sujeito enquanto herança cartesiana); haja vista as abordagens destes autores colocarem em cheque as múltiplas e incontáveis condições possíveis que podem intervir nas constituições identitárias do indivíduo. Em outras palavras, ou melhor, nas palavras do autor: “[...] o sujeito do iluminismo, visto como tendo uma identidade fixa e estável, foi descentrado, resultando nas identidades abertas, contraditórias, inacabadas, fragmentadas do sujeito pós-moderno.” (2001: 46).

Nesse sentido, a identidade se tornaria algo como “uma ‘celebração móvel’: formada e transformada continuamente em relação às formas pelas quais somos representados ou interpelados nos sistemas culturais que nos rodeiam.” Isso porque o sujeito, diante desses condicionantes, “assume identidade diferentes em diferentes momentos, identidade que não são unificadas ao ‘redor’ de um ‘eu’ coerente. Dentro de nós há identidades contraditórias, empurrando em diferentes direções [...]”. Assim

[...] Se sentimos que temos uma identidade unificada desde o nascimento até a morte é apenas porque construímos uma cômoda estória sobre nós mesmos ou uma confortadora “narrativa do eu” [...]. A identidade plenamente unificada, completa, segura e coerente é uma fantasia. Ao invés disso, à medida que os sistemas de significação e representação cultural se multiplicam, somos confrontados por uma multiplicidade desconcertante e cambiante de identidades possíveis, com cada uma das quais poderíamos nos identificar – ao menos temporariamente. (HALL, 2001: 13).



Bauman corrobora a análise de Hall no que respeita ao caráter modelador da globalização – em escala planetária – concernente aos estilos de vida, hábitos de consumo; manifestações identitárias dentre outras possíveis. Contudo, observa limites no bojo dessas interpenetrações e atribui à liberdade de movimentos – dentro do processo de globalização – um valor de mercadoria; que é, segundo ele, “sempre escassa e distribuída de forma desigual [...]”, tornando-se “o principal fator estratificador de nossos tardios tempos modernos ou pós-modernos.” (Bauman, 1999: 6). O que não deixa de ser uma forma que propicia, como apontado por Hall, o fortalecimento ou diluição de identidades locais e nacionais, o que – nesse último caso – engendraria a emergência de outras identidades, reconstruídas sobre os escombros das que foram perdidas ou abandonadas dado o fato de não serem mais proveitosas a quem delas fizesse uso. Assim, Bauman assevera que (2005: 96) “Nesse nosso mundo fluido, comprometer-se com uma única identidade para toda a vida, ou até menos do que a vida toda, mas por um longo tempo à frente, é um negócio arriscado. As identidades são para usar e exibir, não para armazenar e manter.”

A identidade constitui-se, para Bauman (2005) algo a ser construído, inventado e não simplesmente descoberto como uma coisa edificada, pronta e acabada. Concorda com outros autores quando reconhece o caráter fluido, maleável, ficcional e situacional das identidades, avalia que estas não têm a solidez de uma rocha, sendo mutáveis, negociáveis e revogáveis. Nesse sentido, torna-se responsabilidade do indivíduo, que diante da modernidade líquida escolhe os aspectos identitários que formarão o seu ser. Todavia, nascida num constructo ficcional a identidade precisa de intensa e controlada coerção e convencimento para se estabilizar, se reificar e se corporificar em uma dada realidade.

Quanto à globalização e sua influência, Bauman (2005) acredita que a globalização e o processo que a engendra chegou a um ponto sem volta. Existe uma interdependência entre as nações e seus povos, diz ele, “todos nós dependemos uns dos outros”; ou se rema na mesma direção ou se abandona o barco; ou, dito de outra maneira, ou nadamos juntos ou afundamos juntos. O autor acredita que a humanidade caminha na mesma direção quando comenta seu ponto de vista no ex-certo seguinte: “Creio que pela primeira vez na história da humanidade o auto- interesse e os princípios éticos de respeito e atenção mútuos de todos os seres humanos apontam na mesma direção e exigem a mesma estratégia.” Para Bauman,

De maldição, a globalização pode até transformar-se em bênção: a ‘humanidade’ nunca teve uma oportunidade melhor! Se isso vai acontecer, se a chance será aproveitada antes que se perca é, porém, uma questão em aberto. A resposta depende de nós (2005: 95).

O autor (2005: 18-19) assume, então, a descoberta da identidade como “um monte de problemas – e não uma campanha de tema único – é um aspecto que compartilho com um número muito maior de pessoas, praticamente com todos os homens e mulheres da nossa era ‘líquido-moderna’”. É nessa modernidade líquida que “o mundo em nossa volta está repartido em fragmentos mal coordenados, enquanto as nossas existências individuais são fatiadas numa sucessão de episódios fragilmente conectados.” Esse mundo, de acordo com Bauman (2001: 238), é um “território flutuante, ao qual só se adaptam coisas ou pessoas fluídas, ambíguas, em estado de constante transgressão.”



Eriksen (2001: 9) não concorda com a ideia de um indivíduo flutuante e ambíguo à cata de fragmentos identitários que possa escolher a seu bel-prazer para compor sua identidade, ou seja, o indivíduo não engendra seu ser social a partir do nada. Para esse autor, a construção da identidade se daria a partir dos condicionantes que a sociedade impõe, isto é, os fragmentos identitários não surgem do nada, são oriundos de determinados contextos socioculturais; não sendo, desse modo, simples escolhas dos indivíduos, mas parte das suas vivências cotidianas. Eriksen não nega o caráter de fluidez que as identidades assumem, só não concorda com a ideia de uma identidade construída a partir de um limbo.

Geertz (1989) já havia identificado essas múltiplas influências que atuam na composição do homem enquanto ser histórico, social e cultural:

O homem não pode ser definido nem apenas por suas habilidades inatas, como fazia o iluminismo, nem apenas por seu comportamento real, como faz grande parte das ciências sociais contemporâneas, mas sim pelo elo entre eles, pela forma em que o primeiro é transformado no segundo, suas potencialidades genéricas focalizadas em suas atuações específicas (GEERTZ, 1989: 37-38).

Santos (2002) assinala que – aparentemente – as transformações levadas a cabo pelo processo de globalização têm esgarçado as fronteiras nas suas dimensões políticas, econômicas e socioculturais. Contudo, lembra que é no interior de cada uma delas, e nas inter-relações que elas estabelecem entre si, que se originam os espaços de conflitos os mais complexos possíveis. Tais fenômenos acabam por desbancar e desacreditar análises apressadas e inconsistentes, fazendo perceber a manifestação de formas diversas de globalizações, de matizes políticas, artísticas, culturais, tecnológicas e econômico-financeiras. A globalização e seus desdobramentos possibilitaram a emergência de outras fronteiras, não necessariamente providas do caráter de novidade, ou seja, desprovidas de originalidade apenas se vestem do novo.

Mas quais seriam essas outras fronteiras ventiladas por Santos? Como se dariam no seio do processo globalizante? Quais suas características? Pensemos – na tentativa de responder às questões colocadas – as fronteiras identitárias que emergem da globalização enquanto fenômeno mundial. Giddens (2002: 79) aponta, no bojo desse fenômeno, fronteiras identitárias que surgem devido às inúmeras relações estabelecidas pelos indivíduos no que ele chama de “condições do mundo moderno”.

Problematizando a questão do estilo de vida diante da globalização, o autor em questão analisa que “não só seguimos estilos de vida, mas num importante sentido somos obrigados a fazê-lo, não temos escolha senão escolher.” (2002: 79) Aqui, o autor põe em relevo o arsenal multifacetado e opcional do qual a identidade pode se valer quando em construção: “Um estilo de vida pode ser definido como um conjunto mais ou menos integrado de práticas que um indivíduo abraça, não só porque essas práticas preenchem necessidades utilitárias, mas porque dão forma material a uma narrativa particular da autoidentidade.” (2002: 79). Ou na definição de Bourdieu (1983: 82) “estilos de vida, sistemas de desvios diferenciais que são a retradução simbólica de diferenças objetivamente inscritas nas condições de existência.”



Contudo, Giddens (2002: 81) deixa claro que – em que pese a miríade de possibilidades de escolhas – estas não estão disponíveis, em escala mundial, para todos os indivíduos. Isso porque a predileção deste ou daquele estilo de vida pode ser associada às injunções de uma infinidade de grupos e seus interesses; ou pelo caráter simbólico atribuído a alguns estilos, seja pela visibilidade e importância social nos quais estes estejam envolvidos ou pelas limitações determinadas pelas condições socioeconômicas.

Woodward (2009) argumenta que essas crises globais relacionadas à identidade vão ao encontro do que Ernesto Laclau (1990) denominou de deslocamento. Para Laclau, as sociedades modernas são desprovidas de quaisquer núcleos ou centros determinados onde se possam produzir identidades fixas, existindo, em vez disso, uma gama enorme de centros. Um dos centros que foi deslocado é o da chamada classe social, “não a classe como uma simples função da organização econômica e dos processos de produção, mas a classe como um determinante de todas as outras relações sociais: a classe como a categoria mestra [...]” (WOODWARD, 2009: 29).

Na avaliação de Laclau (1990) inexistiu uma única força de ação, uma única força totalizante e determinante, mas como mencionado, uma profusão de centros. Tal deslocamento traria, segundo este autor, “implicações positivas”, posto que este “indica que há muitos e diferentes lugares a partir dos quais novas identidades podem emergir e a partir dos quais novos sujeitos podem se expressar.” (WOODWARD, 2009: 29).

Tal deslocamento de centros ensejaria, em tese, a interconexão – ou interconexões – entre fronteiras culturais; o que propiciaria a emergência de novas expressões de sujeitos, matizadas não somente pelo deslocamento, mas também pelas necessidades de interação, aceitação, transformação e manutenção de características identitárias.

Mas como se define uma fronteira cultural? O que é, afinal, uma fronteira cultural? Poder-se-ia argumentar que se expressa nos limites simbólicos e situacionais onde culturas diferentes se inter-relacionam e se influenciam, guardando – em que pese sua aproximação – as características culturais que as particularizam e as definem, tanto diante de si mesmas quanto diante do “outro”.

Mas para que isso possa ser atingido, para que a “condição de fronteira possibilite construir algo que tenha valor, para ser compreendido/lido/apropriado por outros que não os próprios que a vivenciam – é preciso romper”, ou deslocar, como prefere Laclau. Rompimento com “o local/regional”, facultando a perda da “territorialidade que foi o início da ancoragem do conceito de fronteira e chegar a uma terceira dimensão” (Pesavento, 2002: 38). As fronteiras são, de acordo com Pesavento, eminentemente culturais, isto é, construções de sentido. Fazem parte do jogo social das representações que estabelece classificações, hierarquias, limites, guiando o olhar e a apreciação sobre o mundo (2002: 35-36).

## **Identidade e Fronteiras**

Alguns pesquisadores que se dedicam a estudar as fronteiras – em seus variados aspectos – tendem a dividi-la, para facilitar as análises dos fatos que ocorrem nesses espaços, em duas cate-





gorias: aquelas cuja inquietação advém do conceito de fronteira enquanto espaço geográfico, no qual as sociedades têm existência; e aquelas onde a fronteira é o lugar por excelência de construção e manifestações identitárias produzidas pelas injunções impostas pela pós-modernidade. Na Antropologia, o uso cultural e simbólico a respeito das fronteiras tem tido larga ressonância entre estudiosos interessados em questões que levam em consideração as desconexões entre territórios, Estado e identidade. Tais abordagens são produzidas em grande parte pelo que se denominou de estudos culturais (HEYMAN; CUNNINGHAM, 2004: 290),

Grimson (2003: 22) enfatiza que o enfoque contemporâneo, que direciona e motiva esses estudos, tem por objetivo analisar como as negociações identitárias nas fronteiras afetam a construção de novos sentidos da nacionalidade e, inversamente, como as novas políticas definidas desde os centros político-econômicos transformam a vida cotidiana e a experiência das populações locais. É nesse aspecto que, ao ressaltar a importância do estudo da fronteira, Sahlins (2000) destaca a sua contribuição no sentido de evidenciar o papel dos grupos locais como agentes e atores históricos na formação de identidades e territórios (BANDUCCI JÚNIOR, 2011).

Apesar do advento, ou reconhecimento da existência, da globalização, as fronteiras ainda exercem papel fundamental na organização das sociedades. Haesbaert (2004) acredita que a fronteira não deve ser entendida como um fim, mas como algo que propicie a noção de contato entre os territórios. O território, aqui, é antes de tudo, "um território simbólico, ou um espaço de referência para a construção de identidades." (2004: 35).

Para Grimson (2000: 39): "Frontera ha devenido un concepto clave en los relatos y explicaciones de los procesos culturales contemporáneos. Las análisis – económicos e simbólicos – de la llamada 'globalización' se refieren, uma y outra vez, a los limites, los bordes, las zonas de contacto". O autor analisa, em relação ainda ao conceito de fronteira, que este tem sido aplicado de maneira difusa, tanto pelos estudos de cunho acadêmico quanto pelas instâncias representativas dos governos: "El concepto de frontera sigue siendo difuso tanto en cierta retórica diplomática como en gran parte de los ensayos sociales y estudios culturales."

Grimson (2000) localiza na categoria da duplicidade uma das características mais marcantes do conceito, constituindo-se – ao mesmo tempo – em um objeto/conceito e um conceito/metáfora; ou seja, flutua entre a materialidade da fronteira física constante dos mapas e tratados e entre as inegáveis influências e trocas culturais e simbólicas que ocorrem entre os povos que habitam as fronteiras. Nas palavras de Grimson "De uma parte parece haber fronteras físicas, territoriales; de la outra, fronteras culturales, simbólicas. [...] Esas fronteras entre estados y, supuestamente, entre 'naciones' son límites materiales cargados de sentidos diversos." Tal combinação, advinda da junção polissêmica do material e do simbólico, acrescida de relevância política e cultural "[...] ha convertido a las fronteras em una herramienta y un centro de disputas teóricas." (2000: 39).

Desse modo, para o autor em questão, é de extrema relevância considerar que "[...] a historicidad de la frontera está presente tanto para la población local como para una antropología que busque considerar la relación entre Estado, nación, territorio e identificaciones" (GRIMSON, 2003:



20). Sem tais imbricações, é impossível a elaboração eficiente de diagnósticos que ambicionam dar explicações sobre as inúmeras situações que as fronteiras podem gerar.

Como assinala Bourdieu (2006: 113) “[...] o que nelas [disputas teóricas] está em jogo é o poder de impor uma visão do mundo social através dos princípios de divisão que, quando se impõem ao conjunto do grupo realizam o sentido e o consenso sobre o sentido e, em particular, sobre a identidade e a unidade do grupo [...]”. Assim, a noção de “fronteira” — entendida como uma realidade política que se impõe às relações entre nações e povos com os territórios, ou como uma metáfora para a interpretação dos processos de definição de identidades sociais — remete ao mesmo tipo de processo: o poder de criar e legitimar classificações, definir limites entre o interior e o exterior (FERREIRA, 2009).

De acordo com o exposto, o que se tem são inegáveis influências e conexões que se complementam – matizados pelo fenômeno da globalização – no cenário mundial. Nessa conjuntura, as identidades ao redor do mundo sofrem as injunções impostas no devir do processo de interação, injunções tanto físicas quanto virtuais. Nesse contexto, as fronteiras aparecem como repositórios por excelência de manifestação dos fenômenos associados às transformações socioculturais e econômicas que tais fenômenos possibilitam, engendram e fomentam.

Inegáveis também são as contribuições da Antropologia, da Sociologia, da História e das demais ciências do social que tiveram, e tem, a fronteira como objeto. Tais contribuições desconstroem a noção errônea de que a fronteira é meramente um espaço geográfico e político; emergindo – de suas pesquisas e conseqüentes elucubrações – a constatação de que os estudos que elegem as fronteiras como tema são de extrema importância para a construção de um conhecimento que leve em conta as complexas e multifacetadas particularidades culturais e sociais de contextos tidos por não hegemônicos.

## Referências Bibliográficas

BANDUCCI JÚNIOR, Álvaro. Turismo e fronteira: integração cultural e tensões identitárias na divisa do Brasil com o Paraguai. In: Revista Pasos (Revista de turismo e patrimônio cultural) Vol. 9 (3) Special Issue páginas. 7-18. 2011. Disponível em: [http://www.pasosonline.org/Publicados/9311special/PS0311\\_02.pdf](http://www.pasosonline.org/Publicados/9311special/PS0311_02.pdf). Acesso em: Acesso em 12-02-2011

BAUMAN, Zygmunt. Globalização: as conseqüências humanas. Tradução de Marcus Penchel. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1999. Título original: [Globalization: The Human Consequences] Disponível em: [http://www.4shared.com/office/JwINXNO3/Bauman\\_Zygmunt\\_Globalizao\\_as\\_c.html](http://www.4shared.com/office/JwINXNO3/Bauman_Zygmunt_Globalizao_as_c.html) Acesso em 25-04-2012

\_\_\_\_\_. Modernidade Líquida. RJ: Jorge Zahar Ed. 2001.

\_\_\_\_\_. Identidade: entrevista a Benedetto Vecchi. Tradução de Carlos Alberto Medeiros. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2005. Título original: Conversations with Benedetto Vecchi. Disponível em: [http://www.4shared.com/office/L9Un\\_FIZ/BAUMAN\\_Zygmunt\\_-\\_Identidade\\_en.html](http://www.4shared.com/office/L9Un_FIZ/BAUMAN_Zygmunt_-_Identidade_en.html) Acesso em 13-03-2012



BOURDIEU, Pierre. Gostos de classe e estilos de vida. In: ORTIZ, Renato (org.). São Paulo: Ática, 1983. (Grandes Cientistas Sociais, 39).

\_\_\_\_. A identidade e a representação. Elementos para uma reflexão crítica sobre a ideia de região. In: \_\_\_\_\_. O poder simbólico. 9. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2006. Cap. V p. 107-132.

CASTELLS, Manuel. A Sociedade em rede - a era da informação: economia, sociedade e cultura. Tradução de Klauss Brandini Gerhardt. 5. ed. São Paulo: Paz e Terra, 1999. v. 2. Título original: The Power of Identity.

CONVERSI, Daniele. Americanization and the planetary spread of ethnic conflict: The globalization trap. in Planet Agora, dezembro 2003 - janeiro 2004. Disponível em: [http://www.planetagora.org/english/theme4\\_suj2\\_note.html](http://www.planetagora.org/english/theme4_suj2_note.html). Acesso em 20-08-2012.

ERIKSEN, Thomas Hylland. Ethnic identity, national identity and intergroup conflict: the significance of personal experiences. In: ASHMORE, Richard D.; JUSSIM, Lee J.; WILDER, David (Org.). Social identity, intergroup conflict, and conflict reduction. Oxford: Oxford University Press, 2001. p. 42-70. Disponível em: [http://folk.uio.no/geirthe/Identity\\_politics.html](http://folk.uio.no/geirthe/Identity_politics.html) Acesso em 27-09-2011

FERREIRA, Andrey Cordeiro. Políticas para Fronteira, História e Identidade: a luta simbólica nos processos de demarcação de terras indígenas Terena. Mana, Rio de Janeiro, v. 15, n. 2, Oct. 2009. Disponível em: [http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0104-93132009000200003&script=sci\\_arttext](http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0104-93132009000200003&script=sci_arttext)

Acesso em 15-09-2011

GEERTZ, Clifford. A interpretação das culturas. Rio de Janeiro: LTC, 1989.

GIDDENS, Anthony. Modernidade e identidade. Tradução Plínio Dentzien. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2002. Título original: Self and society in the late modern age. Disponível em: [http://www.4shared.com/office/IE86gc9y/Giddens\\_Anthony\\_Modernidade\\_e\\_.html](http://www.4shared.com/office/IE86gc9y/Giddens_Anthony_Modernidade_e_.html) 17-08-2011

GRIMSON, Alejandro. Fronteras, naciones e identidades, la periferia como centro (comp.). Buenos Aires: Ed. CICCUS; La Crujía, 2000.

\_\_\_\_. La nación en sus limites. Contrabandistas e exilados em la frontera Argentina-Brasil. Barcelona, Editorial Gedisa. 2003.

HAESBAERT, Rogério. O mito da desterritorialização: do fim dos territórios à multiterritorialidade. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2004.

HALL, Stuart. Quem precisa da identidade? In: SILVA, Tomaz Tadeu da. (Org. e trad.). Identidade e diferença. A perspectiva dos estudos culturais. Petrópolis, RJ: Vozes, 2009. p. 103-133.

\_\_\_\_. A identidade cultural na pós-modernidade. Tradução Tomás Tadeu da Silva, Guaracira Lopes Louro. 6. ed. Rio de Janeiro: DP&A, 2001. 103 p. Título original: The question of cultural identity. Disponível em: [http://www.4shared.com/office/tidoLqxf/HALL\\_Stuart\\_A\\_Identidade\\_Cultu.htm](http://www.4shared.com/office/tidoLqxf/HALL_Stuart_A_Identidade_Cultu.htm) Acesso em 20-07-2011



HEYMAN, Josiah McC.; CUNNINGHAM, Hilary. Introduction: mobilities and enclosures at borders. *Identities: Global Studies in Culture and Power*, v. 11, p. 289-302, 2004. Disponível em: <http://www.mendeley.com/research/introduction-mobilities-and-enclosures-at-borders/#page-1> Acesso em 07-04-2012

LACLAU, Ernesto. *New Reflections on the Revolution of Our Time*. In: *New Reflections on the Revolution of Our Time*. Londres: Verso, 1990.

JOHNSON, G. Allan. *Dicionário de Sociologia*. Jorge Zahar Editor, 1997, Rio de Janeiro.

MARTÍNEZ, E., SALAS, H. y MÁRQUEZ, D. "Los efectos económicos, políticos y socioculturales de la globalización en el sistema lechero de México", ponencia presentada en el 3º Encuentro Nacional sobre el Desarrollo Regional en México, Tlaxcala, México, UAT, AMECIDER, Abril de 1997.

MCLUHAN, Marshall Herbert. *Understanding media: the extensions of man*. Nova York, USA: McGraw-Hill Book Company, 1964. Disponível em: <http://beforebefore.net/80f/s11/media/mcluhan.pdf> Acesso em 15-06-2012

PESAVENTO, Sandra Jatahy. Além das fronteiras. In: MARTINS, Maria Helena (Org.). *Fronteiras culturais. Brasil-Uruguai-Argentina*. São Paulo: Ed. Ateliê Editorial, 2002, p. 35-39

RIBEIRO, Gustavo Lins. Globalización y transnacionalización: perspectivas antropológicas y Latinoamericanas. *MAGUARÉ* nº 11-12, Colombia, 1996. Disponível em: <http://www.revistas.unal.edu.co/index.php/maguare/article/view/14272> Acesso em 12-08-2012

SANTOS, Boaventura de Sousa. Os processos de globalização. In: \_\_\_\_\_. (org.) *A globalização e as ciências sociais*. São Paulo: Cortez, 2002. Disponível em: [http://www.4shared.com/office/P0r\\_jzLr/SANTOS\\_Boaventura\\_de\\_Souza\\_or.html](http://www.4shared.com/office/P0r_jzLr/SANTOS_Boaventura_de_Souza_or.html)

Acesso em 25-07-1011

VILA, Pablo. *Crossing borders, reinforcing borders: social categories, metaphors and narratives identities on the U.S – Mexico Frontier*. Austin: University of Texas Press, 2000.

WOODWARD, Kathryn. Identidade e diferença: uma introdução teórica e conceitual. In: SILVA, Tomaz Tadeu (Org. e trad.). *Identidade e diferença. A perspectiva dos estudos culturais*. Petrópolis, RJ: Vozes, 2009. p. 7-72.